



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LUCILENE DE JESUS CERQUEIRA

**TRAJETÓRIAS ESCOLARES E SABERES
DE MULHERES MARISQUEIRAS DO MONTE RECÔNCAVO - BA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025**

LUCILENE DE JESUS CERQUEIRA

**TRAJETÓRIAS ESCOLARES E SABERES
DE MULHERES MARISQUEIRAS DO MONTE RECÔNCAVO - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025**

LUCILENE DE JESUS CERQUEIRA

**TRAJETÓRIAS ESCOLARES E SABERES
DE MULHERES MARISQUEIRAS DO MONTE RECÔNCAVO - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 04/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Carla Benitez Martins

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Caterina Alessandra Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	8
4	OBJETIVOS	9
4.1	OBJETIVO GERAL	9
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
5	REVISÃO DE LITERATURA	9
5.1	A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS	9
5.2	MULHERES MARISQUEIRAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MONTE RECONCAVO	11
6	PERCURSO METODOLÓGICO	14
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

O presente anteprojeto de pesquisa intitulado “Trajetórias escolares e Saberes de mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo - BA”, constitui-se como requisito de conclusão do Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Tem como objeto central as mulheres quilombolas marisqueiras, seus saberes e percursos de escolarização.

Nas comunidades pesqueiras, a pesca artesanal, caracterizada como atividade econômica tradicional, tem uma importância significativa na vida das pessoas, especialmente no que se refere a geração de renda e sustento familiar. Neste contexto, encontram-se as mulheres marisqueiras, as quais ocupam lugar de destaque com a coleta de mariscos, crustáceos e outros moluscos extraídos da natureza, especificamente dos manguezais. Para Lima (2019), a coleta de mariscos é um dos principais meios de subsistência de comunidades litorâneas brasileiras sobretudo àquelas em situação de vulnerabilidade social.

As marisqueiras constituem grupos de comunidade tradicional, no qual suas práticas e seu modo de sobrevivência dependem de elementos encontrados na natureza. Nesse sentido, é importante considerar a luta cotidiana dessas mulheres, em geral negras, seus saberes e práticas produzidas em um contexto singular que retrata silenciamentos, exclusão gerada pela divisão do trabalho entre homem e mulher, dentre outras dificuldades enfrentadas ao longo das suas histórias de vida.

É importante salientar que a prática da pesca artesanal não é simplesmente uma atividade de sobrevivência para as marisqueiras. Existe um elo muito forte com o manguezal, o qual organiza o seu ciclo de vida, seu cotidiano e seus saberes, os quais estão relacionados ao tratamento e ao cuidado com o ecossistema que as cerca. Para Dantas (2010) as comunidades criaram saberes e desenvolveram um modo de vida sustentável com base na diversidade da terra, do rio, do manguezal, e das marés. São saberes empíricos, construídos no contexto familiar, no contato com a comunidade e com a natureza, na oralidade passada pelas gerações mais velhas para as gerações mais novas, valorizando uma aprendizagem prática.

Conciliar a atividade prática da mariscagem com a educação formal, constitui-se como um dos desafios postos às mulheres marisqueiras; o que muitas vezes se torna um dilema para elas, diante das suas responsabilidades familiares e profissionais com a busca e o desejo pela escolarização e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Uma luta árdua pelo acesso e especialmente, a permanência no espaço educativo, a visibilidade de seus saberes, bem como pela igualdade de direitos.

A educação como uma prática humana e social, a que todas as pessoas tem direitos constituídos em uma sociedade, é entendida como “[...] conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais” (Libâneo, 2001, p. 7). Nesse sentido, a educação deve estimular e potencializar mudanças e oportunidades que estimulem as mulheres marisqueiras a se reconhecerem enquanto pessoas ativas e participantes sociais, capazes de resolver conflitos de forma justa e humana, além de promover a valorização dos seus saberes tradicionais e culturais.

As populações tradicionais são descritas como grupos de pessoas que mantêm uma ligação significativa com a natureza. Essa conexão com a natureza não é apenas física, mas também influencia a formação da cultura, costumes e identidade dessas populações. O vínculo com a natureza é fundamental para compreender como essas comunidades desenvolvem suas práticas culturais e preservam suas tradições ao longo do tempo.

Desta forma, buscamos investigar nesta pesquisa: que lugar a educação ocupa na vida das mulheres marisqueiras? O que consideram ser um estímulo para continuar os estudos? Quais as dificuldades encontradas? Seus saberes escolares e não escolares podem ser interligados, possuem a mesma importância, ou eles se completam entre si?

A partir destas questões iniciais, buscaremos refletir sobre a escolarização dessas mulheres, os motivos que fizeram com abandonassem os estudos, as razões que as levaram ao afastamento total ou parcial da sala de aula e conhecer como é a atual situação delas em relação à vida escolar, se houve retornos ou não para a sala de aula, e a conclusão dos estudos. Além da valorização do trabalho realizado por elas, enquanto produtoras de saberes e conhecimentos, os quais não são aprendidos essencialmente em sala de aula, mas que muitas vezes se perdem no tempo e trazer esses conhecimentos para a as escolas, para as universidades e para toda a comunidade com produções.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse em desenvolver este estudo toma como referência, as vivências como moradora da comunidade do Monte Recôncavo, localizada no município de São Francisco do Conde-BA. Ao passar a fazer parte desta comunidade em janeiro de 2004, ouvia cotidianamente as histórias de vida de minha sogra, uma das mulheres marisqueiras, com quem eu convivia de perto e a acompanhava nas diferentes etapas da atividade: catar e limpar os mariscos, deixando-

os em condições para serem vendidos. As histórias por ela contadas incluíam não só aspectos da sua vida pessoal, mas também a sua trajetória escolar e desta forma, passei a conhecer as dificuldades que ela atravessou durante esse período.

Esta experiência despertou o meu interesse em ampliar conhecimentos sobre as histórias de vida das mulheres marisqueiras, seus saberes e trajetórias escolares. Como elas conciliam o trabalho e a necessidade de sustento, com as demandas familiares, com a frequência, escolar e com as atividades pedagógicas, diante das dificuldades vividas por elas. Cabe destacar que quando criança, e vivendo na cidade do Salvador/Ba, atravessei momentos difíceis e precisei abandonar os estudos algumas vezes, para trabalhar e ajudar no sustento de casa. Muitas vezes, a necessidade de buscar comida para a sobrevivência da família fazia com que as mulheres da localidade deixassem a escola mais cedo ou dividissem essa tarefa com a escola, algo que me trouxe lembranças da minha trajetória escolar. Sendo assim, passei a observar este movimento e decidi me aprofundar nesses estudos.

Compreendemos a importância da educação escolar na vida de todas as pessoas, a fim de que possam ter oportunidades e novas chances na vida, diante das dificuldades que possam estar atravessando. Para as classes populares, não são raras as circunstâncias em que o trabalho se sobrepõe a oportunidade de estudar. Cunha Jr. (1999) destaca a luta das camadas populares pela inclusão no processo de escolarização oficial e afirmam que mesmo à margem da cidadania, a população negra acompanhou os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceu influência.

Em suma, as trajetórias escolares das mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo refletem as complexidades e desafios enfrentados nos seus percursos de vida, em sua busca por uma educação de qualidade e oportunidades de crescimento pessoal e profissional. É fundamental promover a igualdade de gênero, combater as desigualdades sociais e econômicas e garantir o acesso equitativo à educação para possam alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

É importante registrar que a atividade de mariscagem no Monte Recôncavo nos últimos anos, tem sido praticada apenas pelas mulheres mais velhas. Com a implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – em 2014, as mais jovens, tiveram a oportunidade de participarem dos Editais para Quilombolas, ofertados pela Instituição e uma vez selecionadas, passaram a se ocupar das atividades acadêmicas como estudantes. Com isto, as oportunidades no mercado de trabalho foram surgindo, especialmente nos municípios de Candeias e Salvador, fazendo com que elas fossem se desligando das

atividades no mangue, atuando em outras frentes de trabalho também na Comunidade, como professoras.

3 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A educação escolar enquanto direito assegurado legalmente, é de fundamental importância na vida de todas as pessoas que compõem a sociedade, em seus diferentes contextos, oportunizando a elas oportunidades e novas chances na vida. “A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços e deve ser assegurada a todo ser humano, como condição necessária para usufruir de outros direitos numa sociedade democrática” (Gadotti; Padilha,; Cabezudo, 2005, p. 2). Entretanto, ao longo da história, foram muitas as limitações impostas às mulheres, quanto a efetivação deste direito. A busca pela educação se torna uma ferramenta essencial para reescrever suas histórias e transformar suas realidades.

No que se refere a educação das mulheres marisqueiras, seus saberes e seus conhecimentos tradicionais, passados pelas gerações e adquiridos através da prática da mariscagem, precisam e devem ser considerados pela escola. Diante das dinâmicas do dia a dia e das dificuldades às vezes encontradas por estas mulheres, torna-se difícil administrar os estudos, a frequência e permanência na escola, com as demandas familiares e a atividade da mariscagem. Embora as iniciativas locais e os programas de educação de jovens, adultos e idosos, tenham permitido que elas ampliem suas oportunidades, promovendo seu empoderamento e fortalecendo a identidade comunitária, as trajetórias escolares de mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo refletem resistência e superação diante dos diversos desafios com os quais se deparam, especialmente quanto a educação formal.

Diante destas considerações, apresentamos a questão investigativa deste estudo: Quais são as trajetórias escolares das mulheres marisqueiras da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde - Ba? Nos interessa também saber como estas mulheres conciliam a atividade marisqueira com a frequência escolar, se elas tinham/tem ou não incentivos sociais para permanecerem na escola; além de compreender que lugar a educação ocupa em suas vidas.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Investigar as trajetórias escolares das mulheres marisqueiras da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde – Ba.

4.2 ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as condições das mulheres marisqueiras no cenário brasileiro;
- Verificar a importância a educação na vida das mulheres marisqueiras;
- Apreender a partir da narrativa oral os saberes tradicionais e sua relação com o processo de escolarização.

5 REVISÃO DA LITERATURA

5.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS

É através da ação educativa que o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem, internalizarem e/ou recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio em que se encontram. Neste sentido, compreendemos que a educação compreende os processos formativos mais amplos que ocorrem no meio social, envolvendo os sujeitos por estes existirem socialmente e os processos educativos mais restritos que ocorrem em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada.

A Constituição de 1988 em se Art. 205 declara que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Uma educação de qualidade, que vise a formação integral do homem, precisa ser assegurada nos espaços escolares e não-escolares, garantir a inclusão de todas as pessoas a seus direitos humanos e sociais.

Almeida (2015) afirma que a concretização do direito humano à educação se faz pela igualdade nas oportunidades e condições de acesso ao sistema escolar e ao ensino de qualidade, que busque superar efetivamente as condições que geraram a exclusão, em prol da inclusão educacional e escolar, oportunizando o sujeito, exercer a cidadania de forma digna, dando ênfase a pessoa humana.

Na visão de Freire (2013, p. 13), “Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo. As pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo”. Educar é promover a formação e a autonomia do indivíduo e nesse sentido, o fenômeno educativo pode ser concebido de várias formas, sendo preciso considerar o seu caráter dinâmico. O autor afirma que “[...] o papel da educação como um ato político que liberta os indivíduos por meio da consciência crítica, transformadora e diferencial que emerge da educação como prática de liberdade”. A educação é transformadora e vai muito além do espaço físico, “sala de aula”, pois os diferentes espaços educativos nem sempre estão restritos a sala de aula, mas nas práticas educativas que permeiam e se fazem presentes em outros espaços e ambientes.

Para Libâneo (2001, p. 72) “É pela experiência, nas interações entre organismo e meio, que o indivíduo desenvolve suas funções cognitivas, em uma diversidade de contextos e atividades que penetram na vida e na prática social do indivíduo. O autor aponta três possibilidades de se propiciar educação: a) A educação não-formal – definida como tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se concretiza fora da escola e pode derivar de diversos sistemas e agentes: empresas, família, igreja, sindicatos, movimentos sociais etc.; b) A educação formal – ministrada pela escola e pelo sistema escolar nacional (provedor), cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturada; c) E a informal – como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através da experiência diária em casa, no trabalho e no lazer.

No que se refere a educação não formal, Gohn (2010), conceitua como sendo aquela em que se aprende por meio do compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas carregadas de valores e culturas próprias; o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos; os espaços educativos se localizam em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, ou seja, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais, guiado à luz das diretrizes de dados grupo.

Ao se referir a educação formal, a autora prossegue afirmando ser aquela realizada diretamente nos espaços escolares, com conteúdos previamente estabelecidos, na qual são os professores que ministram as aulas cujos espaços utilizados são os do território das escolas. Em

relação a sua finalidade destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se sobressai o de formar o sujeito como um cidadão ativo, desenvolver as habilidades e competências.

Para Moura e Zucchetti (2010, p. 632), é preciso entender que “[...] as práticas de educação que ocorrem além da escola, ainda que contando com a presença de um mediador ou voluntário – o ‘educador’ – em substituição à figura tradicional do professor, visam implementar processos de ensino e aprendizagem”. Isso implica reconhecer que, inevitavelmente, tanto quanto as práticas de educação escolar, as práticas de educação “não formal” também estão submetidas às modulações da dinâmica das relações poder-saber.

É importante destacar que a implementação da Lei 10.639/03, atualizada pela Lei 11.645/08, enquanto política pública, busca romper as desigualdades acumuladas historicamente, dirimindo posturas pedagógicas que não reconhecem as diferenças resultantes do processo de formação do povo brasileiro de matriz africana, garantindo mais igualdade de tratamento e de oportunidade, compensando perdas provocadas pela discriminação e pela marginalização.

Cabe considerar a escola como uma das instituições capazes de promover educação, assim como reconhecer suas relações com os aspectos sociais e o poder que exerce na formação das pessoas que vivenciam o seu cotidiano, diante das múltiplas diversidades e identidades inseridas em seus contextos.

5.2 MULHERES MARISQUEIRAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MONTE RECONCAVO

Os manguezais produzem uma grande quantidade de alimentos que são capturados no mar, e nesse contexto, a sua manutenção é vital para a subsistência das comunidades pesqueiras que vivem em seus entornos. Considerada como um trabalho artesanal, a pesca “[...] resulta de uma atividade produtiva de caráter individual, com baixa divisão técnica, em que o artesão, pescador e/ou marisqueira, em geral, é o proprietário dos seus instrumentos de trabalho, e sobrevive da venda do produto do seu trabalho, no caso peixe ou marisco” (Freitas, 2014, p. 277). A mariscagem é uma atividade geralmente realizada por mulheres, que trabalham em grupo, na sua maioria é como tradição cultural, passada de mãe para filhas, netas, sobrinhas e outras mulheres da comunidade.

Muitas pessoas que trabalham com a mariscagem contam que aprenderam a arte de catar e debulhar com a mãe, vizinhas e tias desde cedo, fazendo desde trabalho sua sobrevivência ao longo da vida, a manutenção dos filhos, mas também um momento de sociabilidade e prazer quando estão imersas nas croas (Targino, 2012, p. 168).

Ainda que experimentem momentos de contentamento quando estão a mariscar, a vida das mulheres que trabalham nas comunidades pesqueiras como marisqueiras, não é fácil. É preciso conciliar as atividades domésticas e de cuidados aos filhos, com longos períodos nos manguezais onde é feita a catagem dos mariscos como sururu, lambreta, dentre outros mariscos, na maioria das vezes para o próprio sustento familiar. Expostas muitas vezes ao sol, as marisqueiras se protegem usando roupas de mangas compridas, calças, bota ou sapatos fechados, pano amarrado na cabeça e as vezes passam querosene ou a própria lama do mangue no corpo para evitar picadas de insetos.

As mulheres pescadoras possuem uma importância fundamental na dinâmica de produção, pois “[...] interferem diretamente nos diferentes campos de atuação, produtiva e reprodutiva, desempenhando um papel fundamental no trabalho da família relacionado à pesca artesanal” (Figueiredo; Prost, 2014, p. 87). Com o objetivo de estabelecer a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras no Brasil, foi criada a LEI nº13.902/2019, que em seu art. 2º, diz: “Considera-se marisqueira, para efeitos desta Lei, a mulher que realiza artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção”.

A pesquisa realizada por Dantas (2010), intitulada "Nas Marés da Vida: Histórias e Saberes das Mulheres Marisqueiras", aborda a vida das mulheres marisqueiras que vivem da pesca no manguezal e têm no seu trabalho o sustento da família. Utilizando a metodologia etnográfica, a autora realiza observações, entrevistas, oficinas e depoimentos para compreender o cotidiano e os saberes das marisqueiras, destacando a importância dessas mulheres na comunidade, suas histórias de vida, seus conhecimentos tradicionais e a relação com o meio ambiente. O estudo evidencia a resistência, a solidão, o amor, a cooperação, a sexualidade e a educação das marisqueiras, bem como a importância de valorizar seus saberes tradicionais e experiências. A autora pontua ainda a importância de resgatar a memória e valorizar a cultura das comunidades ribeirinhas, bem como a luta das mulheres marisqueiras para enfrentar as dificuldades e garantir sua sobrevivência.

Muitas marisqueiras enfrentam dificuldades para terem acesso e/ou frequentarem a escola regularmente. Além da necessidade de ajudar nas atividades de pesca para garantir o

sustento, contribuindo com a renda familiar, outros fatores contribuem: distância entre suas comunidades e os centros educacionais, à falta de recursos financeiros para custear materiais escolares e transporte, a gravidez precoce, dentre outros. Nesse contexto, a maioria delas abandona cedo os bancos escolares, sentem-se desmotivadas a continuarem os estudos, e assim a escola não se torna atrativa para elas, devido ao cansaço provocado pela longa jornada das atividades da mariscagem exercidas no decorrer do dia.

É fundamental promover a igualdade de gênero, combater as desigualdades sociais e econômicas e garantir o acesso equitativo à educação para que essas mulheres possam alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Neste contexto, a educação formal ofertada deve considerar os saberes populares, possibilitando a socialização e a divulgação do trabalho delas, no âmbito social e nas escolas, o valor das suas histórias de vida, a beleza da cultura e saberes que compartilham entre si, com a família e com a própria comunidade.

Convém destacar a articulação entre o movimento negro e a educação em busca de igualdade, inclusão e valorização da sua identidade e cultura, uma vez que como já sabemos, historicamente a educação formal era uma privilégio, que poucos tinham, e os/as negros/as eram marginalizados na maioria das vezes. Na visão de Gomes (2017), o movimento negro é uma movimento educador e que também produz saberes que emancipam, e vem trazendo novas formas de currículo educacional e uma dinâmica diferenciada nas escolas e salas de aula.

As trajetórias escolares das mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo são frequentemente marcadas por desafios e obstáculos que refletem as desigualdades sociais e econômicas presentes na região. A discriminação de gênero e a perpetuação de estereótipos sociais muitas vezes limitam as oportunidades educacionais destas mulheres, que enfrentam preconceitos e barreiras ao buscarem uma formação escolar ou profissional. A falta de incentivo e apoio por parte da sociedade e das instituições educacionais também contribui para a evasão escolar, uma vez que a relação entre o trabalho na mariscagem e a educação formal muitas vezes se torna um dilema para essas mulheres, que buscam conciliar suas responsabilidades familiares e profissionais com a busca por qualificação e oportunidades de desenvolvimento pessoal.

É importante situar que o Monte Recôncavo é uma Comunidade Quilombola que faz parte da cidade de São Francisco do Conde. Sua certificação quilombola foi expedida em 2007 com processo iniciado pela Companhia Cultural Mont'Arte que realizou uma pesquisa com os moradores mais antigos da comunidade. As Comunidades Quilombolas surgiram a partir das marcas culturais próprias, e lutas históricas árduas pelo vínculo com o território habitado, sendo

reconhecidas pela Constituição Federal de 1988, especificamente no Artigo 68 - do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cujo conteúdo dispõe sobre direitos territoriais das comunidades quilombolas.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP), as comunidades remanescentes de quilombo foram se adaptando a viver em regiões por vezes hostis, mantendo suas tradições culturais, aprendendo a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis, ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente.

É importante ressaltar que muitas mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo demonstram uma grande determinação e resiliência ao enfrentarem as dificuldades em sua trajetória escolar. Freire (2005) reflete sobre a importância de construir uma educação, na qual os sujeitos sejam considerados como seres históricos e sociais, compreendendo a necessidade de conhecer sua origem e seu contexto de vida, garantindo a inclusão de seus saberes, como indispensáveis à sua libertação.

Algumas mulheres marisqueiras da comunidade Monte Recôncavo buscam alternativas de educação não formal, com capacitações, para adquirir novas habilidades e melhorar suas condições de vida. Outras lutam por políticas públicas que promovam a inclusão e o empoderamento na área da educação e no mercado de trabalho. Em suma, as trajetórias escolares das mulheres marisqueiras do Monte Recôncavo refletem as complexidades e desafios enfrentados por essas mulheres em sua busca por uma educação de qualidade e oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o propósito de alcançar os objetivos deste estudo, nos basearemos na metodologia qualitativa do tipo exploratória, uma vez que se mostra mais adequada e “[...] visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, afim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores” Gil (2010, p. 43). O embasamento bibliográfico contará com o suporte de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos, documentos e materiais disponibilizados na internet (Gil, 2010), possibilitando tecer as considerações sobre a temática investigada.

Para o desenvolvimento da parte empírica desta pesquisa, pretendemos realizar uma

entrevista semiestruturada com quatro mulheres marisqueiras acima dos quarenta anos, moradoras da comunidade quilombola do Monte Recôncavo, São Francisco do Conde - BA. A entrevista possibilitará "[...] recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo" (Gil, 2010, p. 100).

Neste sentido, a narrativa oral de vida permitirá a recolha de informações das mulheres marisqueiras, suas histórias e vivências. O que será de muita importância, para que possamos conhecer as suas dificuldades, vicissitudes, saberes e experiências vividas, compartilhando memórias e lembranças, para narrarem sobre suas trajetórias escolares e de vida, suas memórias e lembranças de um tempo de criança, adolescentes e jovens adultas mães. Para Le Goff (2003), a oralidade consiste na expressão de lembranças desse sujeito que aciona a sua capacidade psíquica de rememorar, propriedade humana de conservar certas informações sobre o passado.

Enfim, a escuta das vivências e experiências escolares, contadas pelas próprias marisqueiras, serão de muita importância, e nos permitirá saber também, os principais motivos que levaram o afastamento total ou parcial dessas mulheres da sala de aula e conhecer como é a atual situação delas em relação a vida educacional, se houve retornos ou não para sala de aula, conclusão dos estudos.

7 CRONOGRAMA

Semestre	2025.2	2026.1	2026.2
Reelaboração do projeto	X		
Levantamento Bibliográfico	X	X	
Apresentação do projeto reelaborado / Roteiro e partes	X	X	
Fundamentação Teórica	X	X	X
Elaboração das Técnicas de análise de dados		X	X
Coleta de dados		X	
Análise e discussão dos dados		X	X
Elaboração do Texto		X	X
Ajustes Finais			X
Entrega e apresentação do TCC			X
Entrega da versão final			X

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque. Por detrás dos muros e entre grades: as representações sociais na formação docente. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares (Org). **Representações Sociais e Educação**. Letras Imagéticas III. Salvador: EDUFBA, 2015. cap. X, p. 29-44.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7.htm. Acesso em 15 abril 2025.
- BRASIL. **LEI N° 13.902**, de 13 de novembro de 2019. Dispõe sobre a Política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.
- CUNHA JR. Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrobrasileiros. In: Lima, Ivan Costa et. alii. (Orgs) **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis, nº 6, Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1999.
- DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. **Nas Marés da Vida: Histórias e Saberes das mulheres marisqueiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- FIGUEIREDO, Marina Morenna A.; PROST, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, Vol. 2, n. 1. Abr. 2014. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/download/114/95>>. Acesso em 03/04/2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FREITAS, Maria do Carmo S; PENA, Paulo G. Lopes. Condições de trabalho da pesca artesanal de mariscos e riscos para LER/DORT em uma comunidade pesqueira da Ilha de Maré. In: Paulo Gilvane Lopes Pena, Vera Lúcia Andrade Martins (Org). **Sofrimento negligenciado**: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais, p. 217-287. - Salvador: EDUFBA, 2014.
- GADOTTI, Moacir, PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. **Cidade educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo; Cortez, 2001.
- LIMA, Bruna Alice Taveira de. Vozes da maré: extensão popular e a população marisqueira de Cabedelo-PB. **Tese - Doutorado em Educação - Centro de Educação**, Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal, 2019, 211f. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27743>. Acesso em: 22/01/2025.

MOURA, Eliana P. Gonçalves e ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da Escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.140, p. 629-648, maio/ago. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf. Acesso em 15/03/2025.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 12 maio. 2025.

SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA). Prefeitura. Disponível em:
<https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TARGINO, Gekbede Dantas. Sobre as águas: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PB. 254 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9752?locale=pt_BR. Acesso em 15 abril 2025.